

Mobilização e Saberes - mapeamento social e construção de territórios

Cynthia Carvalho Martins¹

RESUMO

Apresentaremos uma reflexão sobre a construção de cartografias sociais - que resultaram em mapas temáticos e situacionais - a partir de trabalhos de campo, com ênfase na dimensão relativa à afirmação das identidades e suas implicações na politização dos saberes e na reivindicação de um território étnico como de pertencimento. Nas situações analisadas os agentes sociais definem o território independente de sua real ocupação territorial confrontando os limites sociais que estabelecem, com os limites físicos efetivamente impostos por seus antagonistas. Trabalharemos com um conjunto de três mapas produzidos no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), construídos pelos agentes sociais, em interação com os pesquisadores. Refletiremos como a partir da conciliação entre a feitura dos mapas e o trabalho de campo se delineiam situações sociais e, ao mesmo tempo, o grupo vai construindo representações sobre seus direitos. Tais mapas explicitam, em certa medida, um estado das relações sociais e são situacionais e temáticos exatamente porque tais relações se alteram e ainda em função do próprio grupo definir os elementos que o compõem. Apesar de poderem ser analisados não se poder analisá-los a partir dos mesmos critérios. Assim, o primeiro mapa permite descrever em profundidade os conflitos e a expectativa de reconhecimento do território étnico, isso em função do conflito com os designados fazendeiros; O segundo mapa enfatiza a dimensão territorial já que está em jogo a defesa das territorialidades específicas face à implantação de um projeto governamental, no caso o Centro de Lançamento de Alcântara e o terceiro o reconhecimento de saberes que orientam práticas religiosas.

Palavras-chave: Identidades, Mapas, Direitos, Território.

¹ Antropóloga, professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Introdução

A proposta desse artigo consiste em refletir sobre mapas temáticos construídos no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e em que medida sua construção corresponde a um estado das relações de força dos agentes sociais organizados coletivamente com os seus antagonistas. Cada um dos mapas analisados apresenta especificidades e pode delinear situações sociais que precisam ser ressaltadas naquele determinado momento, assim como temáticas que precisam ganhar visibilidade em face de sua relevância na luta pelo reconhecimento de direitos, sejam os relativos ao reconhecimento de uma identidade, reivindicação de um território como de pertencimento, o reconhecimento de saberes ou das formas organizativas.

A reflexão se fundamentou em três mapas específicos, produzidos em comunidades quilombolas e povos de terreiro no Estado do Maranhão. Analisaremos a partir da edificação de tais mapas temáticos e do trabalho de campo que orienta sua feitura, as especificidades relativas a sua construção. Os mapas temáticos tomados como referência são os seguintes: “Desmatamento e Conflitos em Territórios Quilombolas na Baixada Maranhense: Formoso, Sansapé, Monte Cristo e Enseada da Mapa” (2014), o mapa do “Território Étnico de Alcântara” (2002); e ainda o mapa “Ilê Axé Alagbedê Olodumare – casa de axé Ferreiro de Deus – povos de terreiro” (2009).

Procederemos inicialmente a uma breve análise da construção de cada um dos mapas temáticos e situacionais e das situações sociais a eles adstritas, com ênfase nos elementos acionados pelo grupo como relevantes para a visibilização, seja da territorialidade reivindicada, dos conflitos ou mesmo das formas organizativas. Isso porque o mapa é um elemento que permite descrever situações e colocá-las lado a lado de maneira a permitir correlacioná-las. É um instrumento de descrição e talvez por isso as narrativas de mapa sejam para os agentes sociais momentos de problematização das situações vivenciadas e oportunidades de explicitação de pontos de vistas e tomadas de posição.

Entretanto, o mapa corresponde a um momento, de maneira que quando acompanhamos a realização de diferentes cartografias sociais em um mesmo território percebemos que os agentes sociais transformam o que querem que apareça e o mesmo grupo pode querer construir, em momentos distintos, mapeamentos também distintos. O lugar da mobilização também pode ser alterado e sair da esfera de um movimento social

mais formalizado e que congrega agentes sociais de outras redes para uma unidade de mobilização mais localizada e com pretensões direcionadas para demandas específicas. Mesmo que não realizemos etnografias dessas situações, no sentido clássico, os longos anos de realização de trabalhos de campo, orientados por um conjunto de pesquisadores e agentes sociais, abrem possibilidades interpretativas. Conforme veremos são relações estabelecidas entre redes de pesquisadores, movimentos sociais e lideranças políticas e religiosas que se prolongam ao longo do tempo de maneira que a construção das cartografias sociais articula-se a uma prática de trabalho de campo com interações diferenciadas em situações que extrapolam o *lócus* de pesquisa e incluem o acompanhamento de reuniões, reivindicações, seminários em universidades, cursos e outros. Na sequência refletiremos sobre os processos sociais relacionados à construção de tais mapas demarcando a especificidades das situações.

Outro viés da comunicação consiste em refletir sobre o papel dos mapas oficiais produzidos pelo Estado, interpretados como construções sociais que reforçam a concepção oficial das fronteiras. Essa reflexão nos ajuda a entender em que medida a condição de possibilidade dos próprios agentes sociais em construir seus mapas temáticos e situacionais, como nos três casos em análise leva à relativização dessas classificações oficiais e institui um diálogo com elas. O debate relativo à determinação de uma geografia demarcatória de territórios será considerado como uma das formas de imposição de critérios objetivos de classificação de limites territoriais.

Construção do mapa temático “Desmatamento e Conflitos em Territórios Quilombolas na Baixada Maranhense Formoso, Sansapé, Monte Cristo e Enseada da Mata” (2014)

O mapa temático “Desmatamento e Conflitos em Territórios Quilombolas na Baixada Maranhense Formoso, Sansapé, Monte Cristo e Enseada da Mata” (2014), para ser construído implicou na realização de pelo menos três mapas temáticos anteriores². O

² Os mapas temáticos estão inseridos nas seguintes publicações: PNCSA. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Quebradeira de Coco Babaçu Baixada Maranhense*. Fascículo 4. São Luis, 2005; PNCSA. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Quebradeiras de coco do quilombo Enseada da Mata*, Maranhão. Fascículo nº 14. Penalva, 2007.; PNCSA. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Quilombolas, Agricultores (as), quebradeiras de coco, pescadores do Território de Formoso*, Penalva, Maranhão, Manaus, UEA Edições, 2010.

primeiro mapa temático iniciou no ano de 2004 a partir de trabalho de campo realizado para construção do fascículo Quebradeiras de coco da Baixada, produzido para subsidiar uma campanha pelo livre acesso aos babaçuais pelas mulheres organizadas no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Precisamos explicitar que nessa situação a orientação sobre o que mapear nos foi oferecida por mulheres organizadas no MIQCB. Essa distinção nos faz pensar sobre como, por vezes, somos orientados a estudar temas relacionados a demandas do grupo. Nesse primeiro trabalho a ênfase esteve relacionada às questões relativa ao babaçu – derrubadas, devastação, intimidação, impedimento do livre acesso aos babaçuais colocação de cercas elétricas nos campos naturais, dentre outras. Entretanto, já nesse primeiro trabalho de campo, identificamos situações nas quais as quebradeiras de coco estavam referidas a situações de antigos engenhos e fomos levadas a conhecer diferentes locais nos quais presumivelmente haviam engenhos, alguns com restos de rodas, casas grandes, tachos, considerados pelo grupo como devendo aparecer no mapa. Passamos a mapear, juntamente com as quebradeiras de coco as ruínas das antigas fazendas de produção de cana-de-açúcar, os poços e cemitérios antigos, os caminhos de escravos e as rotas de comercialização dos produtos de engenhos.

Após esse trabalho inicial, no âmbito do PNCSA fomos procuradas por lideranças dos territórios étnicos com cartas de solicitação de fascículos de mais três territórios: Enseada da Mata, Formoso e Sansapé (2014). Desdobrou-se daí mais dois mapas inclusos nos fascículos intitulados *Quebradeiras de coco do quilombo Enseada da Mata* (2007) e *Quilombolas, Agricultores (as), quebradeiras de coco, pescadores do Território de Formoso*, (2010). Com o trabalho de campo nessas localidades abriu-se a possibilidade de conhecer agentes sociais que se constituem em lideranças locais e são detentores de saberes relativos à cura articulada ao domínio das ervas medicinais e rituais religiosos.

Essa relação com os agentes sociais nos levou a produzir um mapa situacional com as 4 territorialidades e as respectivas comunidades quilombolas, incluindo, além de Enseada da Mata e Formoso, Sansapé e Monte Cristo. Esse mapa compõe o Boletim Informativo intitulado “Desmatamento e Conflitos em Territórios Quilombolas na Baixada Maranhense: Formoso, Sansapé, Monte Cristo e Enseada da Mata” que possui também uma descrição das quatro territorialidades e depoimentos de *doutores do mato, parteiras, curadores e benzedoras e benzedores* dessas localidades.

Foram mais de 15 idas às localidades cartografadas e de oficinas para debater as situações incluídas no conjunto de mapas, fascículos e por derradeiro, o Boletim Informativo do PNCSA. Considerando que houve um acompanhamento sistemático por parte das lideranças de todos os trabalhos, ou seja, lideranças de Enseada da Mata acompanhavam os trabalhos em Formoso e Sansapé, lideranças de Sansapé participavam de oficinas de mapa em Formoso e assim por diante, teremos uma ideia de como esse trabalho influenciou na construção de um debate referido a construção dessas territorialidades, na interação entre os agentes sociais e, mais recentemente, no que poderíamos designar como uma valorização dos saberes já que o grupo passou a publicizá-los com maior frequência. O lugar da mediação se alterou já éramos orientadas em campo não somente por autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu*, vinculadas ao MIQCB, mais por agentes sociais que passavam a se definir como quilombolas e posteriormente, por agentes sociais ligados a religiosidade, como *doutores do mato, benzedores, curandeiros, mineiros, terecozeiros, pais e mães de santo, curadores de maracá* e outros.

Sem a intenção de detalhar esse processo de construção do material que resultou na publicação do Boletim Informativo já citado, que durou aproximadamente 10 anos, limito-me a ressaltar que nesse contexto pesquisadores e agentes sociais tiveram interações diferenciadas e que os agentes sociais se inseriram na própria rede de trabalho do PNCSA.

Construir o mapa final com os quatro territórios étnicos implicou, inicialmente, em investir nos mapas mais localizados – esse foi um processo gradual e marcado por diferentes momentos de trabalho de campo. Ressalta-se que a realização desse trabalho de produção de quatro fascículos e um boletim incluiu aproximadamente 9 pesquisadores com formações acadêmicas diferenciadas, envolvendo a minha pessoa que acompanhou os trabalhos nos diferentes momentos, desde as denominadas oficinas de mapa, trabalhos de campo e cursos. Nesse processo convidamos para oficinas de mapas lideranças de outras localidades para discutir temas como Reservas Extrativistas, como a senhora Eunice Costa, da Reserva Extrativista Ciriaco, em Cidelândia, Maranhão; o senhor Ivo Fonseca da Reserva Extrativista Frechal; pesquisadores de outras universidades que apresentaram trabalhos de pesquisa, a exemplo da professora Camila do Valle, que apresentou o mapa produzido sobre os afroreligiosos de Belém do Pará, e agentes sociais de outras localidades, também da rede do PNCSA, como o advogado

Danilo Serejo, quilombola do MABE e aluno do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia que proferiu cursos sobre legislação.

Em todos os territórios étnicos mapeados presenciavam-se conflitos intensos, resultantes da venda de grandes extensões de terra a partir da lei Estadual de Terras conhecida como Lei Sarney, dos anos 70. Com a colocação dessas terras no mercado os conflitos se acirraram já que as famílias estavam nas terras há muito tempo e nelas permaneceram mesmo após o fim dos engenhos de produção de cana-de-açúcar com utilização de mão de obra escrava no século XIX. Tais famílias em algumas situações arrendaram os antigos engenhos e passaram a produzir subprodutos da cana-de-açúcar em menor escala.

Destaca-se que essas cartografias sociais estão longe de pretender demarcar perímetros para fins de demarcação já que são indicações da construção dos territórios. Assim, não necessariamente todas as comunidades de cada um dos territórios estão listadas no mapa. O que temos são situações que apontam para a expectativa de direitos dos grupos, suas formas organizativas, seus saberes e os conflitos.

Cada um dos designados territórios étnicos apresenta um conjunto de comunidades e formas associativas e os agentes sociais que os integram apresentam especificidades em suas maneiras de uso dos recursos naturais. Além das associações, a construção da territorialidade implica nas relações travadas nas festas, brincadeiras e festejos que congregam famílias das várias comunidades, tais como o *bumba-meu-boi*, o *bambaê* e rituais religiosos como a *cura*, o *tambor de mina* e o *terecô*.

Nos trabalhos de pesquisa soubemos da existência de antigos *engenhos*³ e as famílias nos levaram para conhecê-los, uns em ruínas, outros com peças ainda presentes e o de Sansapé com a denominada Casa Grande ainda erguida. Alguns dos informantes estavam indo a primeira vez em tais engenhos e passaram a refletir sobre as suas situações como portadores de direitos atrelados ao artigo 68 da Constituição Federal. O trabalho do PNCSA se constituiu em uma das iniciativas que possibilita debater a construção dos territórios étnicos, entretanto, há movimentos sociais que atuam no sentido de levar em frente os pleitos das comunidades.

³ Conhecemos localidades com ruínas dos engenhos São Luis (Formoso), Enseada da Mata (Enseada da Mata), Jatobá, Cadoz e Sansapé.

Na situação de Enseada da Mata, Sansapé e Formoso os grupos estavam lutando, inicialmente, pelo reconhecimento como reserva extrativista (RESEX) e, mais recentemente, incorporaram o debate sobre a questão quilombola. Apesar de estarem há aproximadamente 10 anos lutando pela regularização da área como RESEX esse processo não foi concluído e as famílias tem a cada dia enfrentado situações acirradas de conflitos que vão desde impedimento de coleta de babaçu, cercamento de campos naturais por fazendeiros a ameaças de morte e até mesmo morte. Percebi que a concepção que as famílias possuem do que denominam *reservas* não coincide com a concepção de reserva do ponto de vista oficial. Entendem *reservas* como áreas utilizadas e preservadas e que uma vez regularizadas esse patrimônio estaria garantido com total autonomia.

O território étnico de Monte Cristo, inicialmente desapropriado como “área de assentamento” apresenta uma situação na qual a desapropriação serviu a interesses privados considerando que as terras foram vendidas a preços exorbitantes e que as famílias das áreas desapropriadas não deixaram de sofrer pressões de diferentes ordens dos chamados fazendeiros. A desapropriação deixou comunidades de fora do processo, como Araçatuba (AYRES: 2013).

Nessa pesquisa o acesso à especificidade das formas organizativas se deu gradualmente, obedecendo a uma ordem que poderíamos designar das organizações mais formalizadas, incluindo os designados Movimentos Sociais para outras, menos sistemáticas e com capacidade de capilaridade mais local, como as designadas associações. São as associações locais que tem desencadeado o debate sobre o reconhecimento dos territórios étnicos. E, ainda destacamos que nas situações de menos formalidade em termos institucionais destaca-se as próprias designadas *festas* e *brincadeiras* que tem, mais recentemente, desencadeado um debate sobre os saberes e sua relevância para o reconhecimento de tais territorialidades.

Mapa do “Território Étnico de Alcântara” (2002)

O mapa do Território Étnico de Alcântara, produzido no âmbito do laudo antropológico do ano de 2002, inclui uma área de 85 mil hectares com a presença de diferentes situações de territorialidades específicas, incluindo as *terras de santo*, *terras de preto*, *terras de pobreza* e *terras de herança*. Tais territorialidades articulam um modo próprio de relações sociais e se desdobraram de processos sociais distintos,

marcados pela desagregação de fazendas de algodão e cana-de-açúcar, doação de terras das ordens religiosas às famílias que ali permaneceram até o presente, situações de compra de ex escravos de terras que atualmente são e heranças, dentre outras.

No ano de 2002 a Procuradoria Geral da República (PGR), juntamente com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) designa para atuar como perito no processo de construção do laudo antropológico o mapa do território étnico de Alcântara o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida. A definição do território étnico de Alcântara se deu a partir da produção desse laudo, acompanhado de um mapa construído juntamente com as famílias dos cento e quarenta e seis comunidades do município que se encontravam impactadas pela implantação do Centro de Lançamento de Alcântara.

O processo de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara iniciou na década de 80, pelo Decreto Estadual 7.820, que desapropriou 52 mil hectares de terra para implantação da Base Espacial de Alcântara. Posteriormente, com o Decreto nº. 7.820, em 1991, esta área foi aumentada, pelo presidente Fernando Collor em mais 10 mil hectares, perfazendo um total de 62 mil (LOPES: 2012). Esse processo marcado por irregularidades implicou no remanejamento de cerca de trezentas famílias para sete denominadas *agrovilas*; na diminuição do módulo rural destinado a cada uma das famílias que passou de 30 para 15 hectares; no parcelamento das terras de uso comum, somente para citar alguns desses impactos.

Em relação à posição das famílias de Alcântara face a área desapropriada, há os que foram remanejados para as denominadas *agrovilas*; os antigos herdeiros que estão dentro da área definida pelo decreto e aqueles que estão fora da área e que são afetados pela procura de recursos naturais em suas áreas.

Presencia-se, passados mais de 30 anos do decreto desapropriatório e outros aproximadamente 12 anos de feitura do laudo antropológico que a situação de reconhecimento dos direitos territoriais dos quilombolas de Alcântara não se concretizou. Ao contrário, empresas privadas de capital estrangeiro passaram a se instalar na região em áreas alugadas para lançamento de foguetes, contrariando, inclusive os propósitos iniciais das desapropriações.

Antes da produção do laudo antropológico, em 1995, se realizou em Alcântara uma pesquisa, encomendada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) com o objetivo de produzir relatórios de identificação de comunidades quilombolas. A orientação da FCP para a seleção das comunidades nas quais a equipe iria realizar o trabalho de campo era que privilegiássemos as comunidades negras. Entretanto, contrariando essa orientação, uma equipe, que integrava o Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão⁴ (UFMA) passou a realizar a pesquisa em diferentes comunidades. Desdobrou-se dessa pesquisa uma reflexão que apontava para a existência de laços de parentesco entre as famílias das distintas comunidades, para uma especialização dos trabalhos e da produção e finalmente, para a impossibilidade de reconhecer uma comunidade sem reconhecer a sua vizinha, independente da questão racial.

O laudo antropológico de Alcântara analisa os processos de territorialização das comunidades remanescentes de quilombos considerando aspectos relacionados à ação das ordens religiosas e a predominância das fazendas privadas e a relação dessa desagregação com a permanência das famílias naquelas terras. Ao recusar uma análise que considere as continuidades o autor desloca a interpretação para o que ficou à margem da história político-administrativa interpretando a construção da identidade quilombola em Alcântara como relacionada a uma organização política do grupo que resignifica, inclusive, os elementos da cultura material como as ruínas das casas-grandes e dos engenhos (ALMEIDA: 2006, p.59, 60)

O laudo apresenta uma análise da interseção dos planos de organização social destacando as situações de inter-relação entre as comunidades e descrevendo as interseções econômicas, ecológicas, e políticas que configuram as fronteiras do território (ALMEIDA: 2006 p. 165).

Após a realização do laudo ocorreu a criação do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE), em 2003, que veio a se articular com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara (STTR) de maneira a estabelecer uma

⁴ Esse trabalho, coordenado pelos professores Alfredo Wagner e Maristela de Paula Andrade contou com os seguintes pesquisadores Aniceto Cantanhede Filho, que pesquisou em Samucangaua, Cynthia Carvalho Martins, pesquisou em Itapuaua e Satana dos Caboclos, Luis Fernando Linhares, pesquisou em Forquilha e Florida, Silvanete Matos, pesquisou em Ladeira e Flavio Pereira, que pesquisou em Castelo.

interlocução com os aparatos do Estado e reivindicar os direitos adquiridos e violados com a implantação do CLA.

Esse longo processo de mobilização das famílias apresentou diferentes momentos de forte tensão com a ampliação do projeto para empresas privadas que contradisse as justificativas oficiais de desapropriação para fins de utilidade pública do projeto. No ano de 1999, com a ameaça de remanejamento de outras comunidades, localizadas no litoral, realizou-se um seminário em Alcântara que reuniu diferentes agentes sociais em defesa da permanência das famílias nas terras. Após mobilizações a nível internacional não ocorreram novos remanejamentos compulsórios.

Ao longo desses anos o trabalho do PNCSA foi produzido mais dois fascículos do PNCSA⁵, um deles mobilizou as comunidades para a discussão sobre a associação, designada como associação mãe que se responsabilizará pela gestão do território étnico. Desdobrou-se o trabalho do PNCSA na realização de cursos, audiências, seminários, produção de material bibliográfico, divulgação em canais de comunicação. Nesse processo os pesquisadores se aproximaram do MABE e alguns integrantes do referido movimento passaram a integrar a rede de pesquisadores do referido projeto de pesquisa.

As mobilizações continuam e nesse processo de luta em defesa do território étnico o mapa produzido no âmbito do laudo antropológico tem se constituído em um instrumento de luta em defesa do reconhecimento dessas territorialidades. Em diferentes momentos essa mapa temático esteve em debate e orientando a defesa do direito ao reconhecimento de tais terras como quilombolas. A situacionalidade de tal mapa relaciona-se ao fato de ter sido produzido em um contexto definido de reivindicação pelo território em função da imposição de fronteiras institucionais definidas a partir do critério do Estado, especialmente do Centro de Lançamento de Alcântara. Assim, os conflitos decorrentes da implantação não se tornaram o foco nesse primeiro mapa e atualmente, há a reivindicação de um novo mapa, considerando a reconfiguração da situação e a presença de novas estratégias que imprimem um reordenamento territorial

⁵ PNCSA. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara Maranhão*. Fascículo n 10, São Luis, 2007.

PNCSA. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Luta dos quilombolas pelo título definitivo. Oficinas de consulta*. Alcântara Maranhão. Fascículo n 25, Manaus, UEA: 2008.

marcado pela presença de empresas estrangeiras e de contratos do próprio governo brasileiro com outros países no que se refere à política aeroespacial.

Após o mapa do território étnico de Alcântara produziu-se no âmbito do PNCSA um estudo de sobreposição que marca a presença de empresas que passaram a se implantar na região ampliando os conflitos. O trabalho de campo foi realizado nas áreas preteridas pela Agencia Espacial Brasileira (AEB), que objetiva a construção de sítios de lançamento comerciais de artefatos espaciais, bem como a implantação de áreas institucionais com vistas a cumprir o acordo celebrado entre o Brasil e a Ucrânia em 1999 que resultou na criação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS). (PEREIRA JÚNIOR: 2009). Destaca-se que tais acordos apesar de causarem impactos quando em andamento são desfeitos assim que os interesses se dissolvem demonstrando um contraste entre a permanência dos efeitos para as comunidades e as transitoriedades da ação de tais empresas.

Novos trabalhos de campo e oficinas foram realizados, com a presença de quilombolas das diferentes comunidades afetadas pela implantação desse projeto, assim como cursos de formação, apresentação pelos pesquisadores de material de fontes secundárias que auxiliam os agentes sociais a problematizarem as situações de conflito e mesmo a tomarem conhecimentos de intervenções institucionais planejadas para em seus territórios e, ainda, reuniões com diferentes órgãos oficiais para debater a situação do reconhecimento de tais territorialidades.

Os quilombolas de Alcântara, mesmo com a certificação da Fundação Cultural Palmares, aguardam os desdobramentos relativos ao reconhecimento do território étnico, e se confrontam, permanentemente com impossibilidades advindas de novos acordos instrucionais que sem qualquer regularidade oscilam em se estabelecer e flutuam a mercê de crises e contextos políticos. Os direitos das famílias estão permanentemente violados e sequer consultas prévias sobre tais acordos são realizadas de forma que o trabalho dos pesquisadores, alguns ligados ao PNCSA, com pertencimento a Alcântara (SILVA: 2013), se soma ao trabalho político, imprimindo um procedimento de pesquisa que situa-se em um conhecimento engajado (BOURDIEU: 2001). Apesar da sonegação de informações que tais quilombolas têm sofrido, em relação à ação do Centro de Lançamento de Alcântara, os movimentos

sociais em questão tem se posicionado de maneira atualizada, e se mobilizado em defesa do território antes que tais acordos institucionais sejam estabelecidos e firmados.

“Ilê Axé Alagbedê Olodumare – casa de axé Ferreiro de Deus – povos de terreiro” (2009).

O fascículo intitulado Ilê Axé Alagbedê Olodumare, produzido em 2009 se constituiu na primeira experiência do PNCSA no Maranhão com o mapeamento de povos de terreiro. A construção do mapa temático pelos filhos de santo da mãe Venina Carneiro Barbosa apontou para os seguintes elementos: representação do território como além do espaço físico do terreiro, relação do terreiro com uma dimensão política que considera a possibilidade de reconhecimento de tais práticas e reversão dos estigmas a elas dirigidos e relação dos integrantes do terreiro com movimentos sociais como AKONI e Centro de Cultura Negra (CCN).

No que se refere ao debate sobre a construção da territorialidade percebemos que os integrantes do terreiro, dentre *a mãe de santo* e os *filhos de santo*, a representam considerando aspectos ligados aos rituais sem dissociá-los da noção de direitos, inclusive as formas diferenciadas de ocupação do espaço urbano. Importa para a afirmação identitária o reconhecimento de suas práticas e a possibilidade de continuarem a executá-la o que implica o livre acesso às áreas de coleta de ervas, igarapés, igapós e ainda a preservação de espaços e moradas dos encantados. A contradição desses usos do espaço em contexto urbano os coloca na posição de lutarem pelo reconhecimento das suas formas diferenciadas e demandas específicas que a cada dia se chocam mais com os “planejamentos urbanos”.

O referido terreiro localiza-se na denominada Vila Zumbi dos Palmares, criada como um desdobramento da luta pela ocupação de áreas urbanas nos anos 90 a partir da atuação de movimentos que lutam pela moradia e pro ocupação do Maranhão. Esse processo envolveu movimentos de cunho nacional como o Movimento Nacional por Moradia (MNLN) e implicou em repressão com ações de reintegração de posse contra as famílias que ocuparam um bairro de classe média denominado Cohatrac V. Essas famílias foram inseridas no chamado Programa Habita Brasil e passaram a morar no bairro Zumbi dos Palmares.

Inicialmente o bairro Zumbi dos Palmares, localizado no município de Paço do Lumiar era considerado como um dormitório, considerando a distância em relação aos serviços básicos oferecidos por bairros mais centrais. Esse contexto permitiu, inicialmente, uma adequação do terreiro a esse contexto, já que nos seus arredores havia predominância de áreas de mata e até mesmo a praia do Araçaji, limpa e próxima, facilitava a realização dos rituais. Posteriormente, esse contexto se tornou mais complexo e as conquistas das demandas urbanas dificultam a permanência do terreiro que para existir precisa de espaços mais amplos e menos planejados.

No momento de inclusão no programa Habita Brasil os planejadores urbanos designaram o Bairro como “Vila Celeste”, em oposição a noção de “Zumbi dos Palmares”, denominação dos militantes que lutavam em defesa da moradia. Destaca-se a relevância de militantes do movimento negro nessas denominadas insitucionalmente como *invasões*, e reivindicadas como *ocupações*. O nome das ruas da designada Vila Zumbi dos Palmares passou a ser representado por nomes de lideranças negras, dentre elas: Mãe Dudu, mãe de santo da casa de Nagô em São Luís, entre 1967 e 1988; Luiza Mahim, africana da etnia jeje que participou de insurreições em Salvador, Bahia; negro Cosme, liderança do movimento Balaiada, ocorrido no Maranhão entre os anos 1838-1841(ALVES: 2013)

A construção do mapa temático do PNCSA Ilê Axé Alagbedê Olodumare implicou ainda na identificação de locais considerados sagrados, de coleta de ervas medicinais e de feitura de trabalhos, que vai para além do espaço físico do terreiro e implica em um envolvimento com o debate sobre a destruição dos espaços de natureza na cidade, sejam as praias, como a praia do Araçaji, seja os locais de coleta de ervas que estão sendo desmatados pela especulação imobiliária. Percebeu-se ainda uma relação direta entre a religiosidade e a territorialidade já que são dimensões inseparáveis desde o início das atividades do terreiro. Os espaços sagrados, no próprio terreiro e de locais como o Gapara, de encontro *dos filhos de santo do pai* da senhora Venina. Ali aportavam os navios, segundo dona Venina, nesse porto denominado Porto da Madeira. Dali, segundo a yalorixá, se chega à África que orienta a noção de pertencimento a uma origem imaginada (WEBER: 2000)

A relação do terreiro com a cidade se traduz por especificidades relacionadas, a conciliação entre uma reivindicação explícita por acesso a bens e serviços e uma

reivindicação pela manutenção de espaços da natureza. O aparente antagonismo entre as dimensões relacionadas a espaços de serviços urbanos e a manutenção de espaços com profusão em matas e rios remete para o debate da reconfiguração urbana de áreas periféricas que tende sempre a tornar inconciliáveis os espaços de preservação e os de manutenção dos serviços urbanos básicos. Isso porque, apesar da riqueza natural tais áreas não tem qualquer sistema de infraestrutura, os rios são poluídos por esgotos, os lixos são jogados nos terrenos baldios com áreas de preservação próximas e as ruas são entrecortadas por lamaçais.

Em Cartografia Social realizada com os afroreligiosos de Belém, pesquisadores do PNCSA já apontavam para um deslocamento da noção de tombamento patrimonial dos terreiros para o reconhecimento de lugares rituais que compõe e o territórios (ALMEIDA, 2012). Tais lugares desobedecem às fronteiras institucionais já que a rede que orienta o parentesco simbólico depende de afinidades orientadas pelos seres que regem os pertencimentos. Na Cartografia social do Ilê Axé Alagbedê Olodumare essa rede de parentesco esteve presente no mapa, incluindo a casa o terreiro do Pai Euclides, considerado pai de Mãe Venina.

Um dos aspectos a serem considerados nessa análise refere-se ao significado dos mapas situacionais e temáticos, e, sobre esse aspecto ressaltamos que essas produções são marcadas por uma temporalidade relativa e relativizadas constantemente. Essas noções estão vinculadas ao interesse daquilo que o grupo define como pertinente em ser publicizado em determinado momento. Assim, se a tensão se faz mais forte, no momento da produção do mapa, com um determinado empreendimento de exploração de determinado produto monocultor, a cartografia pode ser sobre esse tema. Tal situação espelha um momento na relação de forças. Faz-se possível realizar diferentes mapas em uma mesma área geográfica já que esta em jogo a elaboração de um documento que tem um objetivo circunscrito a uma luta, a uma reivindicação. Os mapas situacionais teriam um caráter eminentemente descritivo, constituindo, portanto, num produto de técnicas localizadas e processos sociais (ALMEIDA: 2005, p. 101)

A padronização dos mapas oficiais, diversidade de representações das territorialidades e formas organizativas nos três mapas temáticos em análise

A descrição sobre a construção dos mapas temáticos nos oferece elementos para pensar as especificidades das situações e as diferentes lutas que se delineiam no presente. Essas lutas não estão restritas a uma única reivindicação, ao contrário, incorporam elementos simbólicos e o debate a respeito do reconhecimento dos territórios étnicos não se dissocia da discussão sobre saberes.

Os três mapas analisados apresentam especificidades estando os dois primeiros implicados no reconhecimento de territórios étnicos e o último no reconhecimento de uma prática religiosa como legítima e de uma territorialidade atrelada à dimensão ritual.

As designadas oficialmente e genericamente como “manifestações culturais”, por secretarias de cultura e órgãos institucionais, cumprindo funções relacionadas à legitimação das práticas institucionais aparecem, nas situações cartografadas atreladas à defesa das territorialidades e a uma noção de reconhecimento de saberes.

Nas três situações analisadas não se tratam de mapeamentos participativos no sentido de orientação de planejamentos institucionais, e sim, de construção de mapas cuja finalidade é ditada pelo grupo que o constrói e que em situações recorrentes relaciona-se à construção de expectativas de direitos em relação a territórios face expropriações ou projetos institucionais de redução territorial, que impõe limites oficiais como legítimos.

Se tomarmos a legitimidade dos mapas oficiais na definição dos territórios sua força impositiva e naturalizada parece contrastar fortemente com as representações elaboradas localmente pelos agentes sociais que vivenciam e constroem representações sobre esse território. Assim, o mapa oficial parece traçar as linhas formais sem conseguir delimitar as relações sociais e a diversidade de fronteiras, entendidas como formas de classificação do mundo social, que ali se constroem e que, inclusive, podem ser construída de forma nem sempre retilínea e nem sempre presas à superfície terrestre, podendo inclusive incluir representações sobre o que se convencionou denominar subsolo e que, em algumas representações locais são *moradas de encantados e seres protetores da natureza e das pessoas*.

Os mapas produzidos no âmbito do PNCSA podem levar a afirmação de saberes

e identidades e de espaços descontínuos como compoendo territorialidades. Além disso, essas construções, sem a pretensão de decalcar a realidade ou reproduzi-la em espécie de espelho mágico, partem da representação de um grupo social que afirma uma identidade, e cuja representação é sempre deslegitimada. São mapas temáticos que, em certas situações estão desamarrados de uma continuidade, consideram os domínios de uso comum em oposição aos domínios privados, instituem a dimensão política dos grupos e rompem com o geografismo.

Os três mapas apresentados não tem a pretensão à totalidade e expressam um momento definido das relações de força, daí serem situacionais e corresponderem a temporalidades próprias.

A alteração das relações das comunidades auto designadas quilombolas com os agentes de Estado implica em uma reflexão sobre a emergência de formas organizativas distintas e mecanismos de representação nem sempre formalizados e centralizados. Tais mecanismos de representação implicam em uma politização dos conflitos em esferas do domínio cotidiano e na afirmação de saberes e práticas relativas aos conhecimentos tradicionais. Na situação dos povos de terreiro os mapas temáticos apontam para uma territorialidade que vai além do espaço físico dos terreiros, incorporando uma dimensão ecológica no sentido de uma ambientalização dos conflitos (LEITE LOPES: 2006) e a incorporação de espaços de coleta de ervas, de material para cura.

Assim, os autodenominados territórios étnicos são construídos a partir de interações diferenciadas entre os agentes sociais e implicam em estratégia face aos empreendimentos privados e as próprias ações oficiais. Entretanto, o que diferencia os autodenominados territórios étnicos das demais formas de classificação é o estabelecimento de uma fronteira definida pelos agentes sociais locais e que implica em desconsiderar a ocupação territorial institucional. Ocorre que essa classificação oficial, estatal e padronizadora das representações possui força de imposição contrastando com as diferentes formas de representação das territorialidades. O Estado nação, que se legitima pela ocupação de um espaço físico impõe os limites oficiais e desconsidera os construídos em processos de mobilização.

A noção de território étnico pode ser contraposta às ações governamentais que tem reconhecido como comunidades quilombolas insularizadas desconsiderando que há relações sociais entre as comunidades em jogo. Ao proceder de forma a reconhecer

“ilhas de quilombos” ao invés de territórios étnicos a ação oficial desarticula relações sociais construídas ao longo do tempo e desmobiliza lutas coletivas.

Está em jogo na construção de tais mapas uma luta pela representação legítima, sem necessariamente tomar o território como natural ou definido por critérios objetivos. Nesses mapas, os domínios que são considerados como de propriedade de fazendeiros aparecem como territorialidades específicas de grupos sociais que tem seus direitos assegurados, inclusive constitucionalmente. São, portanto, mapas que engendram o conflito de representações.

Em relação ao debate sobre formas organizativas, que parece expressar a diversidade de mobilizações que estão se apresentando contemporaneamente, precisamos enfatizar que há mediadores que se institucionalizam e, ao mesmo tempo, agentes sociais locais que ampliam a noção de reivindicações de direitos com a incorporação da dimensão relacionada aos saberes. Observa-se, de um lado, que teias institucionais personificadas em atos de estado são incorporadas por mediadores implicando, em certa medida, na reprodução dos procedimentos institucionais e na aceitação da fronteira oficial como definindo os territórios. Por outro lado, agentes sociais fora da esfera da mediação, passam a acionar os saberes e práticas como elementos de diferenciação e instituir uma classificação de territórios étnicos independente dos atos institucionais consagrados.

Considerações parciais

As experiências no âmbito do PNCSA remetem para a consideração da dimensão imaginária dos mapas sem descartar o caráter de construção presente em qualquer mapa, mesmo no objetivo mapa institucional. Isso porque as fronteiras oficiais são construídas administrativamente e podem ser contraditas a partir de organizações coletivas com a inclusão de uma visão do território como de pertencimento. E, são comunidades imaginadas (ANDERSON: 2008) e que se afirmam pela imposição da imaginação como legítima.

Para Anderson, o censo, o mapa e museus moldaram profundamente o modo como o Estado colonial imaginou seus domínios e, mesmo que a invenção dessas instituições tenha ocorrido antes do século XIX, elas continuam moldando a natureza dos seres humanos governados e a geografia e seus domínios.

As três instituições de legitimidade da nação, citadas por Anderson, nem sempre operam com similares critérios de classificação, ao contrário, tais critérios oscilam de acordo com o tipo de padronização a ser instituído. No caso dos mapas, antes mesmo de serem instituídos pelo Estado, eram representações do universo mítico, ou um meio de pensar a partir das crenças (ACSELRAD: 2008). O censo também alterou as categorias censitárias a exemplo do que demonstra as pesquisas realizadas no sudoeste asiático por Anderson, que passaram de critérios fundamentados em identidades religiosas para categorias raciais (ANDERSON: 2008). Os Museus, instituições de produção das memórias, dominam o cenário dos países colonizadores que detém em suas coleções artefatos da história dos povos colonizados.

A análise comparativa dos três mapas nos levou a perceber que o sentimento de pertencimento, atrelados a um modo de classificação específico, engendram a ação política que envolve a luta pelo reconhecimento de seus saberes. Estabelecem-se processos de lutas que envolvem a afirmação de modos de ser e existir em contraposição às imposições e desestruturações causadas pela ação oficial. Sem a pretensão de refletir abstratamente sobre as formas de organização e suas diferenciações apresentamos o processo de mapeamento social como um dos instrumentos de reivindicação do território étnico. A partir desse instrumento outras possibilidades de interação se estabelecem, seja entre associações locais, com o poder público, com movimentos sociais consolidados, com pesquisadores ou com antagonistas.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ALMEIDA, A & FARIA, E. *Povos e comunidades Tradicionais: nova cartografia social*. Manaus: UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Cartografia Social dos Afroreligiosos em Belém do Pará*. Apresentação. PNCSA-IPHAN. Belém, 2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Os quilombolas e a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara*. Brasília: MMA, 2006.

ALVES, Luciana Railza Cunha. *Para Quem serve os mapas*. Monografia defendida no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2013.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução. Denise Bottman. Introdução. São Paulo: Companhia das Letras: 2008. Caps. 1, 2 e 9.

AYRES, Gardênia Mota. Comunidades Quilombolas e Mobilizações Sociais: reivindicações pela garantia e efetivação de direitos constitucionais. In: *Insurreição de Saberes 3: tradição quilombola em contexto de mobilização*. MARTINS, Cynthia et al (org). Manaus: UEA Edições, 2013.

BOURDIEU. Por um movimento social europeu. In: *Contrafogos 2*. Tradução Andre Teles – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre Processos de “Ambientalização” dos Conflitos E Sobre Dilemas Da Participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. *A Base Espacial e as Comunidades Quilombolas de Alcântara*. Anais Da 64ª Reunião Anual da SBPC – São Luís, Ma – Julho/2012.

NUNES, Patrícia Portela. *Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo*. Tese de Doutorado. Programa Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2011.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. *Quilombos de Alcântara: Território e Conflito – intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2009.

PNCSA. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Desmatamento e Conflitos em Territórios Quilombolas na Baixada Maranhense: Formoso, Sansapé, Monte Cristo e Enseada da Mata* (2014). Boletim informativo nº 2, Manaus, UEA Edições, junho 2014.

PNCSA. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Quilombolas, Agricultores (as), quebradeiras de coco, pescadores do Território de Formoso, Penalva, Maranhão*, Manaus, UEA Edições, 2010.

PNCSA. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Ilê Axé Olodumare – Casa de Axé Ferreiro de Deus. Povos de terreiro Paço do Lumiar Maranhão*. UEA Edições, 2009.

PNCSA. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Luta dos quilombolas pelo título definitivo. Oficinas de consulta. Alcântara Maranhão*. Fascículo n 25, Manaus, UEA: 2008.

PNCSA. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara Maranhão*. Fascículo n 10, São Luis, 2007.

PNCSA. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Quebradeira de Coco Babaçu Baixada Maranhese*. Fascículo 4. São Luis, 2005.

PNCSA. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Quebradeiras de coco do quilombo Enseada da Mata. Maranhão*. Fascículo nº 14. Penalva, 2007.

SILVA, Gyordanna Patricia Pereira. *Produção Intelectual: Movimento Social e o MABE e a luta em defesa da territorialidade*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial (UEMA). São Luis, 2013.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol 1. Brasília: UnB, 2000. p 267-277.